

Joelmir Beting

Brasil

# Cercando frango

O paralelo do dólar deixou-se deslocar do sistema financeiro para o noticiário policial. Os doleiros estão recolhidos feito caramujo de praia. Eles resistem na cotação, mas o mercado de 20 milhões de dólares por dia permanece fora do bom combate.

A coisa está preta para o "black". Além do cerco ostensivo dos agentes federais, o paralelo leva nas fuças o "pacotinho" financeiro de segunda-feira. Com duas penadas, o governo recoloca azeitonas verdes nas empadas murchas do mercado de ações e recarrega a remuneração dos títulos de renda fixa. O juro no "over" raspa os 4% ao mês, os CDB's de 90 dias oferecem 37% ao ano e no Mercado Futuro oscilam no pico dos 50%.

O ministro Dílson Funaro enquadra o alvo: a política monetária e a política fiscal estão apontadas para o aumento da poupança financeira a partir do desaquecimento forçado do consumo. A energia expansionista liberada pelo choque do Plano Cruzado deve e pode ser administrada na direção do investimento, garantia de crescimento futuro. A alta dos juros, a recarga das bolsas e o desmonte do "black" fazem a ponta do "iceberg" da segunda massa do Plano Cruzado: o crescimento autofinanciado do PIB a uma Taxa de 7% ao ano.

A estratégia palaciana aposta na captação de uma poupança de tamanho descomunal: o "caixa dois" de pessoas e de empresas, amoitado no "black", instituição universal. A desova do paralelo reinjetaria capital no sistema de crédito e no mercado de ações e patrocinaria a aplicação direta do recurso liberado nos negócios em geral — começando pela própria economia subterrânea de produtos, serviços e empregos.

A hora da desova é agora: o negócio é de quem sair primeiro, faturando ágio de 80%. Com a Polícia Federal e a Receita Federal nos calcanhares, o "black" não repetirá os 97% de 1983 e não ousará sonhar com o recorde de 105% emplacado em 1953, quando da fundação da Petrobrás.

## Os Projetos Reconvocados

O ministro Dílson Funaro aposta na retomada do investimento privado. O capital é o mais arisco dos animais da selva econômica, mas a taxa de risco da chamada "decisão na incerteza" está em queda — admite o ministro. O Plano Cruzado restabeleceu a lógica da economia em descalabro e o Plano de Metas faz o mapeamento dos caminhos nos quais se pode arriscar com um mínimo de segurança.

Reaquecido, quase em fervura, o mercado interno restabelece a "vontade de produzir". O próprio governo reabre os projetos engavetados e promete ampliar a oferta de aço, energia, teleco-

municação e transporte. Amanhã, deve sair o "Pacote Verde" da economia rural, tentativa de expandir a produção agrícola de 30% em apenas três safras consecutivas.

Sexta-feira, em São Paulo, o ministro Dílson Funaro ditou a um auditório de 52 empresários com a mão no bolso: o relançamento do setor público está engatado no reinvestimento do setor privado. O negócio é reabrir as gavetas, religar as tomadas e fazer posição para o Brasil 2.000: o futuro será exatamente aquilo que o Brasil fizer no aqui e no agora do mercado em restauração.

## Custos estão descongelados

Os empresários anotaram a convocação ministerial, mas trocaram a discussão do Plano de Metas pela discussão do plano de meios. Um enfoque delicado, desenvolvido a portas fechadas: o setor privado não se anima a investir na ampliação de um negócio ainda enjaulado pelo congelamento dos preços (sem a garantia de congelamento dos custos).

A inflação de custos não está zerada. Ela vai solapando o sistema por baixo da linha d'água:

1) recomposição do salário real ou do custo da mão-de-obra desde 28 de fevereiro;

2) repactuação das taxas de juros ou do custo do dinheiro;

3) remarcação das margens do ágio na aquisição de materiais, componentes e serviços subfaturados.

A revalorização do fator trabalho começa pelo aumento do salário real (sacado com a ajuda de 524 greves de março a julho), prossegue no aliciamento da mão-de-obra especializada que se tornou de novo escassa e alcança a reciclagem dos recursos humanos em geral na linha da "reforma cultural" do cruzado. A alta dirigida dos juros gratifica o poupador numa ponta, mas penaliza o tomador, na outra. O dinheiro para giro e produção ficou mais caro, não está congelado, ensaia fincar pé no patamar dos 40% ao ano, em termos reais, para uma inflação oficial simplesmente "zerada" na atual montagem do orçamento fiscal da União para 1987.

No encontro com Dílson Funaro, sexta-feira, os empresários ousaram na barganha passando ao ministro a escolha de uma lista triplíce:

a) o governo reexamina os preços críticos dos negócios no "vermelho" e decreta o seu recongelamento ou retabelamento em bases justas;

b) ou simplesmente decreta o congelamento de todos os salários e o tabelamento dos juros bancários;

c) ou reduz a massa dos impostos indiretos que se escondem na estrutura dos preços finais.

O ministro prometeu uma resposta para 24 de dezembro, vestido de Papai Noel.